

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO*

*Kátia Regina Ludwig***

RESUMO

Breve análise reflexiva a partir dos dados coletados de uma pesquisa direcionada ao estudo da pessoa com diagnóstico de deficiência mental frente ao mercado de trabalho, tendo como proposta estabelecer um comparativo entre a trajetória profissional e o processo de educação/qualificação pela qual passaram educandos egressos do Centro de Educação e Trabalho, da Fundação Catarinense de Educação Especial, nos últimos vinte anos, e que atualmente encontram-se no mercado de trabalho competitivo.

** Trabalho apresentado ao Programa Magister – Curso de Pedagogia Educação Especial / Séries Iniciais, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito da disciplina Estágio Supervisionado II, orientado pela professora Cecília Dolzan.*

*** Pedagoga, profissional da Fundação Catarinense de Educação Especial. 2001.*

Na evolução da humanidade, foi através do trabalho¹ que o homem supriu suas necessidades básicas, o que permitiu a sua sobrevivência.

Sendo assim, o trabalho representa o esforço dirigido na continuação da luta do homem pela conquista de uma melhor qualidade de vida, dando-lhe condições de prover suas próprias necessidades, de sua família e a participação na transformação da sociedade, levando-o a busca de novas competências.

Entendendo o atual cenário do mundo do trabalho, onde a discussão sobre cidadania emerge, necessário se faz o repensar sobre a questão do trabalho e educação² da pessoa com diagnóstico de deficiência.

A escolha deste tema não se deu ao acaso ou por mera curiosidade, mas tendo em vista que minha atuação profissional vem percorrendo este caminho nos últimos 23 anos, onde pude compartilhar com os ex-educandos entrevistados os seus processos de Educação/Qualificação.

O presente estudo está direcionado à pessoa com diagnóstico de deficiência mental frente ao mercado de trabalho³, levando-se em consideração as possibilidades de acesso ao conhecimento que lhes foram disponibilizadas, entendendo que por maior que sejam as suas limitações, todo indivíduo apresenta um potencial laborativo⁴.

Trata-se de um estudo de caso, que propõe estabelecer um paralelo entre a trajetória profissional e o processo de educação/qualificação pela qual passaram educandos egressos do Centro de Educação e Trabalho, da Fundação Catarinense de Educação Especial, nos últimos vinte anos e que, atualmente, encontram-se no mercado de trabalho competitivo.

Desta forma buscou-se compreender de que maneira o acesso ao conhecimento sistematizado ampliou e amplia as oportunidades da pessoa com diagnóstico de deficiência

¹ Trabalho: “[...] atividade do homem pelo qual ele transforma a natureza e é, ao mesmo tempo, por ela transformado. É a maneira pela qual o homem se relaciona com a intenção de transformá-la e adequá-la às suas necessidades vitais.” (SANTA CATARINA, 1998, p. 106).

² Educação: “Processo de formação e aprendizagem socialmente elaborado e destinado a contribuir na promoção da pessoa humana enquanto sujeito da transformação social, que transforma e é transformado, e cumpre a escola o papel de oferecer condições de construção de novos conhecimentos e o compromisso com a socialização do conhecimento historicamente elaborado e sistematizado.” (SANTA CATARINA, 1998, p. 106).

³ Mercado de trabalho: relação entre a oferta e a procura de trabalhadores, ou seja, o conjunto de pessoas e/ou empresas que em época ou lugar determinados provocam o surgimento e as condições desta relação.

⁴ Potencial laborativo: É a possibilidade que o ser tem de executar uma atividade.

mental no mundo do trabalho, e como o meio empresarial percebe esta como mão de obra ativa-produtiva.

Para tanto, foram pesquisados os seguintes elementos: a construção histórica da profissionalização da pessoa com diagnóstico de deficiência; os aspectos legais que envolvem a profissionalização; o resgate histórico do Centro de Educação e Trabalho; o processo de educação/qualificação dos sujeitos envolvidos (ex-educandos); e o cotidiano profissional destes.

A partir das leituras e dados coletados, bem como algumas experiências vivenciadas, considerou-se a importância de observar três aspectos:

- O trabalho enquanto forma de participação e inclusão social;
- O conhecimento como fator impulsionador na ampliação de oportunidades;
- As instituições de formação profissional como agentes de sensibilização, conscientização e inclusão social.

Pensando no trabalho enquanto forma de atividade que proporciona a inclusão social, constata-se que acerca de um século, este aspecto vem sendo estudado e analisado, e de maneira especial, a partir do pensamento de Marx.

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” (MARX, 1983)

Em todos os momentos da vida humana o trabalho estabeleceu as formas de organização social, definindo assim, os fatores que determinariam a inclusão ou exclusão de sujeitos no meio social, tendo como parâmetro um padrão de produtividade.

A diversidade humana, por um longo tempo, foi entendida a partir de uma visão reducionista – “encaixar-se” ou não, em um padrão pré-estabelecido, deixando à margem do processo de produção e participação social aqueles que se diferenciavam da maioria.

O meio social ainda possui um conjunto de normas e valores, através das quais são exigidas determinadas competências. Os indivíduos que não se adequam a estas, passam a ser estigmatizados, excluídos. No caso das pessoas com diagnóstico de deficiência, são consideradas incapazes, entendendo incapacidade como:

“[...] restrição de atividades em decorrência de uma deficiência: Incapacidades refletem as conseqüências das deficiências em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo; as incapacidades representam perturbações ao nível da própria pessoa.” (OMS/SNR, 1989. In: AMARAL, 1998. p25)

O aspecto que mais contribuiu e continua contribuindo para a construção deste estigma, é a questão da alfabetização; pensando-a em termos de leitura e escrita. Pois, a competição gerada pela situação de desemprego, tem como maior exigência o nível de escolaridade.

A pessoa com diagnóstico de deficiência, capacitada por instituições especiais, mesmo desenvolvendo seu potencial de leitura e escrita, não consegue comprovar seu nível de escolaridade, pelo fato de a escola especial não ser reconhecida como um espaço de construção de conhecimento, nem possuir o direito de certificar seu aluno. Sendo assim, ao disputar o emprego com outro candidato, que possui um nível de escolaridade semelhante ao seu, esta fica em desvantagem pelo fato de possuir um rótulo de deficiência, ou ter sido qualificada e encaminhada ao mercado de trabalho por uma instituição de Educação Especial, o que faz uma grande diferença.

Sabe-se que o nível de escolaridade de qualquer pessoa, independente de possuir um diagnóstico de deficiência mental, implicará no distanciamento entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Durante o período Tecnista, mais especificamente na década de oitenta, momento em que a educação mantinha seu olhar voltado para os ambientes fabrís, não só os sujeitos que eram qualificados em instituições especiais, ficavam restritos ao trabalho manual (SANTA CATARINA/FCEE,1984). Os profissionais em sua maioria, eram submetidos a treinamentos, incluindo nesta metodologia os profissionais da educação.

A visão de deficiência nesta época, tinha como pressuposto a idéia de que dependo do grau de deficiência, a pessoa estaria limitada à execução de determinadas tarefas. Aqueles que possuíam um diagnóstico de deficiência mental leve, os chamados educáveis, tinham a possibilidade de alfabetizar-se; já os com diagnóstico de deficiência mental moderada, intitulados treináveis, poderiam apenas ser treinados para o desenvolvimento de atividades práticas de produção, não havendo possibilidade de alfabetizá-los. Sendo assim o acesso ao conhecimento sistematizado restringia-se a alguns poucos.

Entretanto, alguns empresários já apostavam na possibilidade de trabalho da pessoa com diagnóstico de deficiência mental, sendo que este foi um período de inúmeras colocações com sucesso.

Contudo, a realidade do meio social e profissional exigia, e ainda continua exigindo, a busca de novas competências.

Pode-se perceber este fato, a partir das entrevistas realizadas com ex-.educandos que tiveram sua qualificação profissional no período acima citado. Nestas, fica evidenciado que apenas treinamento de hábitos, atitudes e habilidades, não possibilitariam a análise e autocrítica apresentada nas respostas, o que supõe que estas competências foram construídas na medida em que os obstáculos e as oportunidades de acesso ao conhecimento foram surgindo no meio social.

“[...] matemática eu também aprendi porque a gente lida muito com matemática, entendeu. Fazer conta duma coisa, somar, né, piso, tijolo, quantos metro quadrado, isso e aquilo, então matemática eu tiro de letra.” (Z. M., ex-educando, informação verbal).

Apesar de haver sido proporcionado o acesso a conhecimentos sistematizados, aos educandos que tiveram sua educação profissional na década de noventa, estes não demonstraram, em suas respostas, possuir um mesmo nível de análise e autocrítica.

Ao ser entrevistado, o ex-educando L. F. P., teve muita dificuldade em compreender as perguntas, bem como em elaborar e oralizar as respostas; algumas das respostas foram obtidas a partir da chefia imediata.

Desta forma, pode-se hipoteticamente afirmar que estes sujeitos poderiam ter ido muito além, se tivessem vivido suas experiências educacionais em espaços que lhes possibilitasse uma maior diversidade de enfrentamentos com situações do cotidiano.

Então, como competir em um mercado que, já há algumas décadas, vem fazendo exigências cada vez maiores?

Para Aued (1999, p.7):

”Hoje com certa facilidade, localizam-se afirmações que sustentam que a profissão encontra-se navegando em águas tempestuosas e que, na década final do século XX, esta situação acelera-se, mudando cidades, pessoas e instituições.”

Fica evidenciado que o acesso ao conhecimento é fator determinante na ampliação de oportunidades e igualdade de acesso ao mercado de trabalho.

Porém, cabe questionar:

- Que conhecimentos foram proporcionados às pessoas com diagnóstico de deficiência?
- Que tipo de formação profissional foi priorizada?
- Que análises foram realizadas para identificar a necessidade do mercado?

É interessante e até mesmo surpreendente, constatar que alguns dos ex-educandos têm plena consciência das dificuldades que hoje enfrentam no mercado de trabalho, por terem ficado à margem do processo de construção de conhecimentos, em especial da alfabetização.

“[...] faltou pra mim, a escrita mesmo. [...] eu achei no meu ponto de vista, né, [...]. Eu deveria ter aprendido a ler, a escrever e fazer outras coisas que eu ... entendeu, poderia ter feito.” (Z. M., ex-educando, informação verbal).

“Se eu soubesse ler, eles iam me dar o emprego na firma de computador, mas eu não quis mentir porque eles iriam descobrir.” (S. A., ex-educando, informação verbal).

Sabe-se que as instituições de formação profissional da comunidade possuem um processo de estudo e análise, no intuito de capacitar os sujeitos para atividades que possibilitem a sua colocação no mercado formal, bem como fornecem aos seus alunos a certificação do processo de qualificação, sendo estes dados, considerados pelo empregador, uma forma de garantir bons profissionais.

Entretanto, estas instituições, em sua grande maioria, se mantêm numa postura de descrédito; com a visão de que a pessoa com diagnóstico de deficiência só alcança a aprendizagem se permanecer na educação especial.

“Eu vou na escola (Educação de Jovens e Adultos – SESC), mas a moça disse que aquele lugar é muito difícil, que eu preciso de um lugar que ensine diferente.” (S. A., ex-educando, informação verbal).

Desta forma, se houvesse maior abertura destas instituições para qualificar as pessoas com diagnóstico de deficiência, isto contribuiria de maneira bastante significativa, quando do momento de incluí-la no mercado de trabalho.

Nas entrevistas realizadas com empregadores, constatou-se que este acredita no potencial produtivo das pessoas com diagnóstico de deficiência mental, porém não a considera capaz quando se trata de pensar, analisar e tecer críticas.

“Dá impressão que foram treinados pra obedecer. Ele tem limitação na hora de tomar iniciativa pra fazer o trabalho. Como eu falei, tem que estar sempre supervisionando. O J. H., é uma beleza pra levar, carregar, mas se tiver que fazer outro tipo de serviço, nem sempre dá. O A. J. A., sabe escrever o nome e lê alguma coisa, mas não é qualquer serviço, ... se mandar carregar tijolo tá sempre pronto.” (M. S. O., chefia imediata, informação verbal).

Em visita à empresa onde trabalha um dos ex-educandos, através de comentários do empregador, identificou-se que profissionais que trabalham lado a lado com ex-educandos, também possuem um baixo nível de escolaridade, bem como são consideradas “lerdas” (informação verbal), necessitando de orientação constante. No entanto por não possuírem diagnóstico de deficiência mental, passam pelo rodízio de atividades, o que é prática da empresa, sendo inclusive colocadas em atividades que exigem certo desempenho intelectual; o mesmo não acontece com os ex-educandos.

Neste contexto, caracteriza-se a existência de preconceito em relação ao potencial da pessoa com diagnóstico de deficiência mental, quando se trata de atividades que exijam funções intelectuais.

O preconceito, além de incapacitar o sujeito para o trabalho, cria estereótipos, principalmente em relação a sua imagem enquanto pessoa. Estes estereótipos poderão qualificá-lo de maneira depreciativa, junto aos demais profissionais.

“Eu sempre digo que a relação deles com os ex-educandos tem que ser cautelosa. A pessoa pode ter uma reação que não se espera.” (M. S. O. chefia imediata, informação verbal).

Pôde-se perceber também, que o empregador considera que a pessoa com diagnóstico de deficiência mental, não possui responsabilidades em relação a sua subsistência, que não depende de seu trabalho, como qualquer outra pessoa, para colaborar no orçamento familiar, que encaram o trabalho apenas como lazer e ocupação.

“Nós conseguimos perceber, com este tempo de trabalho com os deficientes, é que ele não tem preocupação, o deficiente mental principalmente, em pagar contas, não tem preocupação com horário, não tem preocupação com férias; na verdade quando você quer chamar a atenção ou repreender, você diz: -Oh, amanhã não vou deixar tu vir trabalhar.” (L. S., empregador, informação verbal).

Como consequência destes estereótipos, o relacionamento social destas pessoas com os demais funcionários da empresa, geralmente acontece de maneira superficial; o diálogo restringe-se a enfocar a tarefa realizada, ou temas corriqueiros como o tempo, datas

comemorativas, etc. Dificilmente são abordados assuntos referentes à empresa, atualidades sócio-econômica culturais ou problemas pessoais de ambas as partes. Percebe-se claramente este distanciamento, a partir do relato de um dos entrevistados, quando questionado sobre o seu relacionamento com os outros funcionários e chefia:

“Me dê legal. O serviço que eles mandam eu tenho que fazer. Eu tenho um pouco de amizade. Eles mandam fazer um serviço, acabou aquele serviço, eles mandam fazer outro. Acabou o serviço, vai fazendo outro. Com o chefe eu falo bom dia, falo boa tarde também.” (A. J. A., ex-educando, informação verbal).

Já o ex-educando que trabalha de forma autônoma, não enfrenta este tipo de problema.

“Essas pessoas que trabalham comigo, jogam comigo, entendeu, futebol, trabalham comigo, final de semana, é o dia a dia, vivem comigo, eles convivem comigo, então nós... nós se damos super bem, entendeu, no serviço, em muitas coisas.” (Z. M., ex-educando, informação verbal).

Neste caso, poder-se-ia pensar que o fato deste estar em um ambiente que desconhece a sua “passagem” por uma instituição de educação especial, o coloca em uma situação mais favorável de inclusão social.

Analisando a atual conjuntura econômica e social, percebe-se que a questão da igualdade de oportunidades, vai um pouco além de conhecimento e formação profissional.

Em nosso país há uma enorme distância entre igualdade de oportunidades e igualdade social, existindo assim uma multidão de excluídos na sociedade brasileira.

O presente momento tem sido palco de discussões sobre cidadania, inclusão social e diversidade humana, vindo à tona a questão do trabalho da pessoa com diagnóstico de deficiência.

Entretanto, qual o nível de consciência social no momento de empregar esta “diversidade”?

Como incluir a pessoa com diagnóstico de deficiência num Sistema Regular de Ensino e Programas de Formação Profissional que exclui, inclusive, os seus iguais?

De que forma tornar os Programas de Formação Profissional mais acessíveis a estas pessoas?

Não creio que em curto prazo possamos solucionar estes impasses; no entanto quanto mais desenvolvermos estudos e pesquisas sobre essas questões, poderemos estar avançando em direção a uma sociedade mais igualitária, a partir da “quebra” de posturas e concepções cristalizadas, seja de profissionais ou do meio empresarial.

Neste sentido, penso que este é o momento de fazer valer os direitos já conquistados. Leis, decretos e portarias existem, porém necessário se faz que o poder público e a sociedade em geral, através da conscientização e de dispositivos legais, façam cumprir o que é de direito de toda pessoa humana: **SUPERAR SEUS LIMITES PRODUZINDO A SUA PRÓPRIA EXISTÊNCIA.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 25.

AUED, B. W. **História de profissões em Santa Catarina: ondas largas “civilizadoras”**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999. p. 7.

BIANCHETTI, L. (Org.). **Um olhar sobre a diferença**. Campinas – SP: Papyrus, 1998. p. 34.

GOYOS, A.C. **A profissionalização de deficientes mentais**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995. p. 9.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Programa de Educação Terminal para indivíduos excepcionais adolescentes**. São José. 1984.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular / Educação e Trabalho**. Florianópolis, 1998. p. 106.